

Cidades goianas se adequam à Política de Saneamento Básico

Págs: 6 e 7



Lixo, equação difícil de solucionar.
Pág: 2



Entrevista com Inês Brito
Presidente do CIDERSP
Pág: 3



Bate bola com Divino Alexandre.
Presidente da FGM.
Pág: 4 e 5



O Futebol, a Seleção e o povo.
Pág: 7

Lixo, equação difícil de solucionar

A Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), estabelecida pela Lei 12.305 de 02 de agosto de 2010, traz um roll de obrigações para o poder público, para a iniciativa privada e para o particular. É perceptível os malefícios que o lixo produzido por todos nós faz ao planeta. Pena que sejam necessárias **NORMAS** para disciplinar a conduta dos humanos, que não deveria ser outra senão a de zelar pelo seu próprio meio ambiente!

Levantamentos feitos pelo Instituto VIDA* (em 47 municípios goianos no ano de 2012) demonstram que somente cerca de 16% do lixo produzido nas cidades deveriam ter como destino o aterro sanitário mas, na realidade, 93% desse lixo é jogado em valas ou em terrenos sem nenhum tipo de tratamento ou preocupação, criando os "suntuosos" LIXÕES a céu aberto.

Segundo a ABRELPE* (estudo realizado em 2012), no Estado de Goiás são gerados 1,050 Kg de resíduos sólidos por habitante por dia, cerca de 6 milhões de toneladas de lixo geradas por dia e, somente 29,1% teriam destinação adequada.

As soluções para resolver essa equação estão na própria Lei. São princípios (objetivos ou ferramentas) esboçados no texto legal que tem como escopo solucionar os problemas da geração e destinação dos resíduos sólidos gerados no País.

Dentre eles destaco a não geração, a redução, a reutilização, a reciclagem, o tratamento, a disposição final adequada, educação ambiental, logística reversa, coleta seletiva e as importantes figuras do poluidor-pagador e do protetor-recebedor.

Vale ressaltar que a Política Nacional de Resíduos Sólidos tem uma importante função social, ao passo que determina ao poder público a ação de fomentar a criação de associações e ou cooperativas de catadores, organizando esses profissionais, tirando-os dos lixões e propiciando uma forma de trabalho mais digna e melhor remunerada.

Na contramão dos benefícios ora expostos, estão as usinas de queima de lixo. Goiás vive um momento "febril" dessas empresas "mágicas". As usinas prometem resolver a questão dos lixões em tempo recorde e a custo "quase" zero para a administração municipal. Ocorre que a queima, em regra geral, é "colocar lixo no forno embaixo e soltar tabela periódica em cima", ou seja, é transformar um problema pontual (uma montanha de lixo) em um problema social (contaminação do ar). Não tenho aqui a pretensão de discutir tecnologias que podem ser aplicadas para mitigar o problema causado pela queima do lixo, ou se uma ou outra empresa possui licença ambiental pra operar em determinado local, até porque a licença, nem sempre, é emitida em função dos preceitos técnicos e, sim, em atendimento ao poder econômico que essas empresas detêm.

O que realmente importa discutir é que para essas usinas "quanto mais lixo melhor". Enquanto a legislação pretende reduzir a quantidade de lixo gerado, ou reutilizar ou reciclar parte desse lixo, as usinas precisam que cada vez mais lixo seja produzido, elas não querem a segregação, querem a

produção de qualquer tipo de lixo em alta escala.

Os gestores municipais goianos estão sendo afagados por representantes de várias empresas do segmento. Oferecem o Limbo em troca de 25 anos de concessão! Já recebi vários deles e todos falam em cifras milionárias para implantação das usinas, alto investimento das empresas e nenhum por parte do poder público! Desses, nenhum respondeu a uma pergunta: **EM QUE LUGAR TEM UMA USINA DESSAS EM FUNCIONAMENTO?** Geralmente as respostas são: "Estamos implantando em...", logo estará em funcionamento."; "Na Europa ou EUA tem várias do grupo funcionando a mais de 20 anos!", e por aí vai! Como diria Dona Sabina (minha avó) "se fosse tão bão meu fio, não era de graça"!

Enfim, quero dizer que não sou contra o uso de tecnologias para solucionar a problemática que é o lixo, desde que seja realmente eficiente e proponha soluções mistas. Não há que se falar em extinguir todo o lixo gerado nas cidades. É preciso, principalmente, reduzir, reutilizar e reciclar. Caso contrário, em pouco tempo não teremos mais matéria prima suficiente para atender ao setor produtivo.

Além disso, é preciso proteger e dar dignidade às famílias que vivem do lixo. Não podemos permitir que essas pessoas, que fazem um trabalho importante na cadeia produtiva, sejam novamente jogadas à margem da sociedade e vivam em uma miséria maior do que vivem hoje, por falta de trabalho!

Fica um alerta para os Gestores Públicos Municipais: a responsabilidade é dos Senhores! E pra sociedade uma reflexão: nós, não podemos deixar que os interesses econômicos sobreponham aos nossos direitos. Sejam os vigilantes!

O prazo para implantação dos Aterros é agosto deste ano, regra difícil de ser cumprida! Alguns municípios não elaboraram seus Planos de Gestão de Resíduos, nem mesmo o Estado ou a União cumpriram essa regra legal! Sem planejamento não teremos aterros com funcionamento adequado, e, novamente, jogaremos dinheiro público no lixo. Literalmente!

*Instituto VIDA Gestão Ambiental e Municipal elaborou 47 Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos no ano de 2012.

* ABRELPE elaborou o estudo Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil no ano de 2012.



Jean Lima
Presidente do Instituto Vida
Especialista em Administração Pública e
Gestão de Cidades

Consórcios Públicos

entrevista com Inês Brito - Presidente do CIDERSP

O consorciamento público é uma inovação à gestão pública e tem se fortalecido com a priorização de recursos federais, advinda da Lei 12.305/2010 que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos.

A Senhora é presidente de um dos maiores e mais organizados consórcios públicos do Estado, o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento de São Patrício (CIDERSP), do qual são membros 16 municípios da região do Vale do São Patrício. O CIDERSP foi criado com o propósito de solucionar o problema do lixo que assola os municípios e a sociedade da região. Desde sua criação, foram assumidas outras funções pelo consórcio em outras áreas da administração pública municipal. O CIDERSP deixou de ser apenas um consórcio de resíduos sólidos para se tornar o consórcio de desenvolvimento da região São Patrício, assim, os desafios e oportunidades ficaram ainda maiores, empreendimentos na área de saúde, educação e prestação de serviços poderão ser contratados via consórcio.

Cidades Sustentáveis: Dentro dessa perspectiva, de gestão consorciada, quais os benefícios que a sociedade e os municípios podem alcançar com o CIDERSP?

Inês Brito: Os benefícios para a região seria a otimização dos recursos públicos, garantias dos direitos da população, fortalecimento das estruturas públicas municipais e regionais.

Cidades Sustentáveis: Qual a importância dos consórcios públicos,

observando a questão financeira dos municípios?

Inês Brito: Com a estruturação do consórcio, os custos para implantação e manutenção dos equipamentos de controle dos Resíduos Sólidos poderão ser otimizados, facilitando o atendimento das exigências da lei por parte dos municípios membros do Consórcio.

Cidades Sustentáveis: Além do aspecto financeiro, quais são os outros aspectos importantes para os municípios se consorciarem?

Inês Brito: Expectativa da verdadeira execução da Política Nacional de Resíduos Sólidos que prevê, entre outras coisas, educação ambiental, equipamento de controle dos rejeitos e coleta seletiva.

Cidades Sustentáveis: Qual a maior dificuldade em gerir um consórcio?

Inês Brito: Como tudo o que é novo existem grandes desafios que podemos destacar: Organizar a burocracia em face da legislação (esta sendo construída); A insegurança dos gestores e das instituições em acreditar na força do consórcio; Dinamizar a implantação das ações necessárias.



Inês Brito
Prefeita de Ceres e
Presidente do CIDERSP



O Instituto VIDA é uma organização que atua na prestação de serviços ambientais. Estamos no mercado desde 2009 e além de prestar serviços de consultoria e assessoria técnica, fomentamos a geração de conhecimentos científicos com o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável tanto do setor privado quanto do setor público.

A excelência na Administração é o resultado da responsabilidade ambiental dos gestores e de uma adequada política de gestão. Nesse sentido o Instituto VIDA coloca à disposição dos gestores uma gama de serviços de assessoria e consultoria para orientar, adequar e implantar soluções ambientalmente corretas para as empresas dos mais diversos segmentos e para o setor público.

Licença Ambiental

Planos e Projetos Ambientais

Planos e Projetos de Saneamento

Estudos de Impacto Ambiental

Assessoria Jurídica Ambiental

Captação de Recursos

Cursos e Treinamentos

*de meio ambiente
a gente entende!*

Visite nosso sítio eletrônico:
www.institutovida.org.br

Central de Atendimento:
(62) 3255-4131

Av. 85, nº 186, Salas 23 - 26, Galeria 85 Center,
Setor Sul, Goiânia - Goiás - CEP: 74080-010

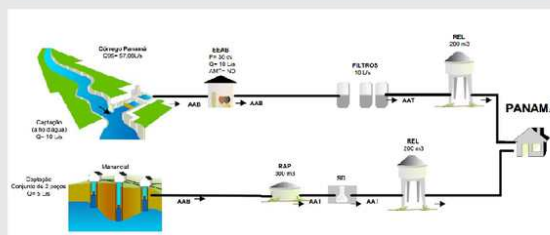
BATE BOLA

Cidades Sustentáveis: Senhor presidente, de acordo com a publicação do Diário Oficial da União de 24/03/2014, o prazo para a entrega dos Planos Municipais de Saneamento Básico foi prorrogado para 31/12/2015, essa prorrogação atende ao pedido feito pela CNM (Confederação Nacional dos Municípios) e inclusive um pedido formulado pela FGM (Federação Goiana dos Municípios), importante frisar que o prazo para a implementação e instituição de controle social, ainda é 31/12/2014. Observando as informações destacadas pela CNM e pela FGM, qual seria sua orientação aos prefeitos em relação à elaboração dos planos municipais de saneamento básico?

Divino Alexandre: Eu acho que o assunto é de suma importância, não podemos parar, mesmo porque por mais que prorrogue os prazos neste país as pessoas deixam para resolver seus problemas em cima da hora, sabemos que existe uma escassez de recursos, mas nós não podemos fechar os olhos para a necessidade de adequar a legislação. Houve uma prorrogação, motivada pela confederação, pelas associações, inclusive pela Federação Goiana dos Municípios, pedimos a prorrogação em virtude de não existir sinalização de recursos para a elaboração dos planos, conseqüentemente, pedimos a prorrogação do prazo, fomos atendidos até o final de 2015, porém, os prefeitos tem condições de fazer agora com mais tranquilidade, contratar uma empresa idônea e séria para fazer esse trabalho. A orientação que a Federação Goiana dos Municípios dá é que, primeiro, vamos continuar lutando para conseguir recursos, há pouco eu estive na Caixa Econômica Federal vendo se agente consegue um aporte de recursos para estar ajudando os prefeitos com relação a isso, temos um contato forte com a FUNASA (Fundação Nacional de Saúde) para que tenhamos condições de atender também parte dos recursos disso, resumindo, nós orientamos os prefeitos para que todos continuem tentando elaborar os planos. O contato da FUNASA eu acho importante, com o Ministério Público através do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente (CAOMA), de formar uma equipe multidisciplinar para orientar os prefeitos em relação à elaboração desses

planos, o que seria um treinamento. A cada final de treinamento os municípios teriam condições de, no final, estarem elaborando os planos municipais de saneamento básico, mas isso ainda esta na fase de estudos, a FUNASA esta contratando um instituto o IFG (Instituto Federal de Goiás), para fazer esse tipo de trabalho, como já foi feito em outros estados. O IFG aplicaria os cursos, com a parceria do Ministério Público, das associações e de todas as federações. Enfim, esse assunto vai ficar na pauta durante um bom tempo ainda e, espero que os prefeitos possam entender também que não podem parar, até porque o plano de saneamento básico é a vida dos cidadãos. Nós não temos mais condições de protelar essas questões, é fonte de recursos, é isso que as federações estão orientando e estamos buscando parceiros para que encontrem recursos para elaborar esses planos e não só implantar, mas implementar

Layout da Rede de Abastecimento



também. Não adianta um plano que não tenha solução!

Cidades Sustentáveis: Presidente, sabendo que a FGM tem feito várias ações em defesa dos municípios goianos, em relação aos planos de saneamento básico, quais delas o senhor destacaria além do pleito de prorrogar o prazo?

Divino Alexandre: Olha, eu acho que na realidade, nós estamos falando do plano municipal de saneamento básico, mas tem o plano municipal de gerenciamento de resíduos sólidos que expirou o prazo no dia 2 de agosto do ano de 2012. Isso provocou uma dificuldade maior, porque teria que estar implantando a coleta seletiva de resíduos sólidos, nós teríamos

que ter os aterros todos adequados! Essa lei não mudou, essa lei continua e vai vencer nesse ano de 2014! O fim dos lixões! Lógico, agente esta manifestando também, sendo redundante, para conseguir também prorrogar este prazo, pelo mesmo motivo. A falta da existência de recursos.

Cidades Sustentáveis: a implantação dos lixões não foi prorrogada?

Divino Alexandre: Ainda não. Nós já encaminhamos ofício, a confederação esta trabalhando também com relação a esses prazos, nós tivemos uma reunião do comitê de articulação federativa, onde participam as 3 entidades fortes, que é a Frente Nacional dos Prefeitos, a Confederação Nacional dos Municípios e a Associação Brasileira dos Municípios. Nós (FGM) somos o representante aqui em Goiás. E foi pedido, levantado também a hipótese de prorrogar o prazo, que foi prorrogado só o plano, mas o gerenciamento integrado de resíduos sólidos que trata dos fins dos lixões, esse não tem nenhuma movimentação de prorrogação. Inclusive no encontro do Comitê de Articulação Federativa (CAF) o secretário de meio ambiente disse que acha muito difícil mexer nessa legislação, que é uma legislação mais rígida, mais complexa e tem metas a serem cumpridas dentro do país e fora do país também, mas a gente pediu isso e espera que seja atendido, tudo isso em virtude da política de saneamento no Brasil que agora que foi aprovado no governo federal. Essa política nacional aqui em Goiás não tem nem o plano estadual de saneamento básico! Nós estamos querendo fazer os nossos planos, mas tem que ter consonância com o estadual e o federal e tem também a falta de recursos. No CAF foi apresentado pela confederação e o número foi muito grande da apresentação de propostas, a seleção foi muito pouca e os atendimentos menos ainda, ou seja, de cada mil propostas se analisa em torno de 200, e se atende em torno de 40 a 50, então, a distância é muito grande! Agora o Brasil precisa mudar isso. E acho que precisa criar leis e legislações, mas precisa também dar suporte para que as pessoas o façam, agora o prefeito não pode

Com Divino Alexandre

Presidente da Federação Goiana de Municípios



ficar pensando que isso não vai dar problema para ele, ele precisa começar a se movimentar, eu acho que a federação está aqui, e também as outras associações, nós precisamos fazer um movimento grande com relação a isso. Porque entendemos que nós podemos trabalhar com emendas de bancadas, podemos trabalhar de forma diferenciada para isso ter solução, porque a comunidade também está pedindo isso. Não adianta só o prefeito falar que não tem dinheiro e não agir, nós temos um contato com o Ministério Público com o Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do Ministério Público de Goiás (CAOMA MP Goiás), direto com a Promotora de Justiça, Dra. Suelena Carneiro e, ela tem acenado que quer ser parceira e eu acho que é bom esse momento. Todo mundo está querendo a solução do problema, então, independente de fiscalizar, de punir, ter uma consciência hoje de fazer com que a coisa aconteça de forma mais a quatro mãos, não tem jeito de fazer nada neste país sem a participação dos órgãos constituídos e especialmente da comunidade.

Cidades Sustentáveis: A comunidade ainda é muito leiga nesse sentido?

Divino Alexandre: Ah, quando você fala de comunidade, a nossa cultura ainda está muito distante de uma comunidade que os órgãos e as entidades estão exigindo.

Cidades Sustentáveis: Você enquanto prefeito de Panamá, já tomou providências para elaborar o plano de saneamento básico do seu município?

Divino Alexandre: Estou no quarto mandato, confesso que a partir do momento que a gente contratou uma empresa especializada pra elaboração do plano municipal de saneamento básico e, eu quero fazer aqui uma referencia ao Instituto VIDA que é a empresa que está trabalhando no plano de saneamento básico do município, realmente são coisas que aparecem que a gente que esta vivendo no dia a dia, deixa de conhecer a importância da implantação desses planos a importância da participação da comunidade, da solução desses problemas,

então, eu tenho meu plano municipal de gerenciamento de resíduos sólidos, que ainda não está implementado, justamente pelas dificuldades financeiras, por falta de recursos, nós estamos inseridos no consórcio de 20 municípios, que é o consórcio intermunicipal Três Rios, que tem como presidente o prefeito Rogério do município de Morrinhos. Nós estamos tentando ver se conseguimos fazer com que essas ações de saneamento básico sejam compartilhadas para facilitar a vida dos municípios pequenos como o meu, que dificilmente dariam conta de

“no mais tardar no início do ano que vem estaremos com o plano pronto e implementado”

fazer uma gestão adequada de resíduos sólidos. Nós precisaríamos ter um numero maior de municípios, para a aquisição de equipamentos às vezes para a manutenção desses aterros. Nós já contratamos a empresa que está em um processo de continuidade de ações para chegar ao final desse ano no mais tardar no início do ano que vem estarmos com o plano pronto e implementado também. Não tem jeito de só criar um plano e colocá-lo na gaveta, mas o que eu acho mais interessante nesse plano é que a comunidade tem um peso muito maior do que imaginávamos para as soluções desses problemas, educar a comunidade de reaproveitamento de resíduos sólidos, não colocar lixo nos dias que não passar a coleta, vai

depender muito de uma educação ambiental. Ou fazemos isso ou não vamos ter sucesso nesses planos e nem a solução dos problemas que virão mais a frente. Olha, esse ano vamos ter dificuldades com a água, talvez ninguém ainda atentou para isso, o numero de chuvas diminuiu esse ano, os reservatórios não recuperaram sua totalidade e muita gente não enxerga esse problema, eu estou preocupado com isso. É um problema da sociedade que precisa se adequar, estão jogando materiais que acabam indo para os mananciais, que prejudicam a situação nossa a cada dia, mas a titulo de Panamá nós estamos satisfeitos com a participação comunitária em relação a esse problema que é um de todos, não adianta querer alguém achar que é rico e não precisará, talvez ele vai precisar mais do que uma pessoa pobre.

Cidades Sustentáveis: Presidente, primeiramente agradecemos pela entrevista e parabenizamos pela iniciativa "Viva seu município", com a presença da maioria dos prefeitos.

Divino Alexandre: Eu queria dizer pra todos, principalmente aos prefeitos e prefeitas que essa união é fundamental e indispensável para o sucesso do movimento, essas conquistas que nós tivemos até aqui é porque estávamos unidos. Não é fácil unir os prefeitos, mas como presidente da federação, tenho lutado muito para que os prefeitos entendam esse momento, nos unimos agora, juntamos nossas forças ou nós vamos ter um prejuízo muito grande, não só nesta gestão, mas para as gerações futuras. Continuaremos indo à Brasília e fazendo movimentos para que melhore a situação dos municípios, ou seja, precisamos dar uma sacudida no pacto federativo.

Divino Alexandre
Prefeito de Panamá - GO
Presidente da FGM



Cidades goianas se adequam à

No ano de 2007, o Governo Federal publicou a Lei 11.445/07 que rege a Política de Saneamento Básico, sendo esta definida como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais referente aos processos de: Abastecimento de Água Potável; Esgotamento Sanitário; Manejo de Resíduos Sólidos e Drenagem e Manejo das Águas Pluviais Urbanas.

Todos os municípios brasileiros devem elaborar seu Plano de Saneamento Básico – PMSB, que deve abranger as quatro vertentes citadas relacionadas entre si, buscando a universalização dos serviços, a inclusão social nas cidades e a sustentabilidade das ações. Podemos observar que existem municípios elaborando planos com seis vertentes (incluindo vetores e mobilização social); estes estão um passo a frente da legislação.

Após 31 de dezembro de 2015, a existência de plano de saneamento básico, elaborado pelo titular dos serviços (Prefeitura), será condição para que o município tenha o acesso a recursos orçamentários da União ou a recursos de financiamentos geridos ou administrados por órgão ou entidade da administração pública federal, quando destinados a serviços de saneamento básico.

O tempo médio para a elaboração de um Plano Municipal de Saneamento é de 08 a 12 meses, podendo chegar a 16 ou 18 meses, dependendo do município. Apesar da prorrogação do prazo de elaboração, é necessário que os planos sejam elaborados e concluídos o mais breve



1ª Audiência Pública Jesúpolis



1ª Reunião de Comitês de Guarinos



Convite para audiência pública de Panamá



1ª Audiência Pública Rianópolis



Captação de Água de Joviânia



Estação de tratamento de água de Carmo do Rio Verde



Estação de tratamento de água de Heitorai



1ª Audiência Pública São Luiz do Norte



Captação de Água em São Francisco



Estação de tratamento de água de Hidrolândia

Política de Saneamento Básico

possível, para preservar os interesses dos Municípios e evitar, assim, sanções aos gestores públicos.

Com o apoio da sociedade e de técnicos especializados, o PMSB deve ser apresentado em audiência pública (fórum de discussão, onde se apresentam sugestões e reivindicações), a fim de garantir a participação social, para então, ser apreciado e aprovado pela Câmara Municipal.

Aprovado, o PMSB passa a ser referência de desenvolvimento de cada município, com a implementação da Política Municipal de Saneamento Básico, onde são estabelecidas as diretrizes para o saneamento e fixadas as metas de cobertura e universalização do acesso dos serviços

de saneamento básico, quais sejam: abastecimento de água; coleta e tratamento do esgoto doméstico; limpeza urbana, coleta e destinação adequada do lixo urbano e; drenagem e destinação adequada das águas pluviais urbanas.

A execução e a avaliação do PMSB devem ser contínuas e com revisão a cada quatro anos, anteriormente à elaboração do PPA. Isto, com foco em tornar o PMSB um instrumento de planejamento e de gestão participativa.

Abaixo ações dos Municípios que estão elaborando seus planos em Goiás:



Estação de tratamento de Ceres



Reunião de comitês de Guaraitá



Reunião de comitês de São Patrício



Segregação de lixo em Matrinchã



Estação de tratamento de Jussara



Rede pluvial de Caçu



Rede pluvial de Rialma



Lagoa Facultativa de Britânia



Rede pluvial de Aruanã



Rede pluvial de Ipiranga de Goiás



Rede pluvial de Porteirão



O Futebol, a Seleção e o Povo

O brasileiro é um entusiasta futebolístico nato! Falando de Seleção Brasileira então, somos o povo mais orgulhoso que existe neste planeta, afinal ninguém, mas ninguém mesmo, tem cinco campeonatos mundiais, cinco estrelinhas no peito, somente a canarinho tem!

O momento é oportuno para o Hexacampeonato: temos o Felipão no comando da seleção (Campeão Mundial em 2002), temos o moleque Neymar, que está “comendo bola” (gíria do futebol) com tudo para ser o melhor jogador da Copa e um time altamente competitivo pelo que demonstrou até o momento. Então, por que o entusiasmo dos brasileiros teima em se esconder?

Manifestações populares explodem em todo o País, algumas com propósito e outras criminosas mesmo. Algumas contra a Copa e outras contra tudo mesmo! Se observarmos bem o que está acontecendo com os gastos públicos para a realização da Copa, podemos entender o descontentamento da população brasileira com o grandioso evento. Daí nosso entusiasmo não estar a flor da pele!

Segundo noticiado em sites especializados, jornais e TV, o custo total com reformas e construção de novos estádios ficou orçado em mais de R\$ 8 bilhões, informação divulgada pelo Ministério dos Esportes em setembro de 2013. Em 2007, uma semana antes de o Brasil ser confirmado como sede, a previsão era de que os gastos com obras em estádios fossem de R\$ 2,2 bilhões. Houve, então, um aumento de 263% em seis anos.











Comparando com os gastos em estádios realizados nas Copas da Alemanha, em 2006 e da África do Sul, em 2010, o Brasil tem os assentos mais caros, em média. São cerca de R\$ 8 bilhões investidos em 664 mil lugares, o que dá um valor acima de R\$ 12 mil para cada cadeira instalada nas arenas. Na Alemanha o valor médio de cada assento foi em torno de R\$ 6 mil e na África do Sul pouco mais de R\$ 7 mil.

Então, provavelmente nosso entusiasmo com a Copa esteja, ainda, “dormindo” em função de todas essas mazelas fomentadas pelo governo e pela FIFA. Aliás, não esqueçamos que o Governo Federal isentou a FIFA de tributos e que isso só aconteceu aqui (Brasil). Em outros países a Entidade pagou todos os impostos que teve como fonte geradora o evento.

A esperança é que quando Felipão, Neymar e a patota entrarem em campo, nossos corações acelerem e que torçamos com toda a força por nossos atletas e que, talvez, possamos soltar o grito de HEXACAMPEÃO!!!! Afinal é o que nos resta, a emoção!!! Da corrupção não sobrar nada!

SELEÇÃO BRASILEIRA

OS 23 CONVOCADOS DE FELIPÃO PARA A COPA DO MUNDO

 <p>LUIZ FELIPE SCOLARI TÉCNICO 45 jogos 66 anos</p>	 <p>JULIO CESAR GOL, 34 anos 78 jogos Toronto FC</p>	 <p>JEFFERSON GOL, 31 anos 39 jogos Botafogo</p>	 <p>VICTOR GOL, 31 anos 63 jogos Atlético-MG</p>
 <p>DANIEL ALVES LAV, 31 anos 74 jogos Barcelona</p>	 <p>MARCOS ROSSINI LAV, 32 anos 66 jogos Roma</p>	 <p>MARCELO LAV, 26 anos 30 jogos Real Madrid</p>	 <p>MAXWELL LAV, 32 anos 72 jogos Borussia Dortmund</p>
 <p>THIAGO SILVA ZAG, 29 anos 45 jogos Paris Saint Germain</p>	 <p>DAVID LUIZ ZAG, 27 anos 34 jogos Chelsea</p>	 <p>HENRIQUE ZAG, 28 anos 41 jogos Napoli</p>	 <p>DANTE ZAG, 30 anos 11 jogos Bayern de Munique</p>
 <p>LUIZ GUSTAVO VOL, 26 anos 57 jogos Wolfsburg</p>	 <p>PAULINHO VOL, 25 anos 25 jogos Tottenham</p>	 <p>RAMIRES VOL, 27 anos 41 jogos Chelsea</p>	 <p>FERNANDINHO VOL, 29 anos 53 jogos Manchester City</p>
 <p>HERNANES VOL, 28 anos 23 jogos Inter de Milão</p>	 <p>OSCAR MEL, 22 anos 28 jogos Chelsea</p>	 <p>WILLIAN MEL, 25 anos 41 jogos Chelsea</p>	 <p>HULK ATA, 29 anos 43 jogos Zenit</p>
 <p>NEYMAR ATA, 22 anos 41 jogos Barcelona</p>	 <p>JO ATA, 27 anos 15 jogos Atlético-MG</p>	 <p>FRED ATA, 30 anos 22 jogos Flamengo</p>	 <p>BERNARD ATA, 21 anos 10 jogos Shakhtar Donetsk</p>